

Análise da Prática da Automedicação em Universitários do Campus Magnus - Unipac – Barbacena, MG

Área Temática de Saúde

Resumo

A automedicação é uma forma comum de auto-atenção à saúde, consistindo no consumo de um produto sem prescrição médica. Preocupados em avaliar a prática da automedicação foi feito um levantamento do perfil epidemiológico dos estudantes da UNIPAC, Campus Magnus – Barbacena - MG, na tentativa de reduzir os índices obtidos propondo o projeto descrito. Foram aplicados 187 questionários, aos universitários da mesma, distribuídos da seguinte forma: 92 questionários aplicados nos alunos de saúde, 25 de exatas, 34 de humanas e 24 nos Cursos de Educação Física e Ciências Aeronáuticas, classificadas como outras áreas. Após a análise dos resultados obtidos caracterizaram-se os medicamentos mais comuns e utilizados sem prescrição médica que abrangem os analgésicos, antipiréticos e laxantes. Em síntese os analgésicos e antipiréticos, respectivamente, são utilizados sem prescrição médica da seguinte forma: 89,39% e 73,17% em saúde, 95,24% e 100% em exatas, 92,59% e 80% em humanas e 94,44% e 87,5% na área tida como outras. Apresentando sintomas leves de dor, constatou-se que em Saúde 80,43% se automedicaram, em Exatas 92%, em Humanas 73,53% e na área tida como outras, o índice de automedicação foi de 77,78%. A conscientização é necessária para minimizar possíveis conseqüências.

Autores

Aline Borges Penna, graduanda em Enfermagem
Cristina Coelho Borges, graduanda em Enfermagem
Raquel Daione Batista, graduanda em Enfermagem
Ivana Maria C. Siqueira (orientadora)

Instituição

Universidade Presidente Antônio Carlos - Barbacena – MG

Palavras-chave: automedicação; Barbacena; Humanas

Introdução e objetivo

A automedicação é definida como o uso de medicamentos sem prescrição médica sendo uma prática bastante difundida não apenas no Brasil, mas em outros países. Pode ser considerada uma forma de não adesão às orientações médicas e de saúde, neste contexto observa-se que os efeitos conseqüentes desta prática seguem três parâmetros contraditórios. Segundo a Revista da Associação Médica Brasileira, o primeiro e mais perigoso trata-se das reações adversas causadas pelo simples ou abusivo uso de medicamentos, o segundo refere-se a esconder sob falsas aparências diagnósticos importantes e simples que acabam por se agravar com o tempo e terceiro e último relaciona-se em reduzir a utilização desnecessária dos serviços de saúde, já que dos 160 milhões de brasileiros, 120 não tem convênios para assistência médico hospitalar. Portanto automedicação responsável é econômica e contribui com o sistema de saúde como um todo.

É necessário saber diferenciar a automedicação da autoprescrição, que apesar de serem bastante parecidas e associadas, cada uma possui o seu contexto. A automedicação é uma forma comum de auto-atenção à saúde, consistindo no consumo de um produto com o

objetivo de tratar ou aliviar sintomas ou doenças percebidas, ou mesmo promover a saúde, podendo ser responsável ou não, sem prescrição médica. A autoprescrição relaciona-se com o indivíduo que consome, livremente, medicamentos que deveriam ser comercializados somente com a apresentação da receita médica, como na compra de fármacos de tarja vermelha e preta expostos na caixa. Nos Estados Unidos onde o hábito não está tão enraizado como no Brasil, a reação adversa dos medicamentos autoprescritos custa mais de seis milhões de dólares anuais.(Dr. Antony Wong, pediatra e toxologista da USP).

No Brasil, embora haja regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a venda e propaganda de medicamentos que possam ser adquiridos sem prescrição médica, não há regulamentação nem orientação segundo aqueles que os utilizam. Isto permite ao indivíduo adquirir e administrar o medicamento quando e como quiser. Segundo a lei da ANVISA (BRASIL, 1996) decreta que medicamentos éticos, restritos à prescrição médica, não podem ser anunciados na mídia. Esta lei recai de maneira positiva a minimizar o consumo indevido e simbólico de fármacos. Quanto menor for a disponibilidade de produtos no mercado e na mídia, menor será a familiaridade do usuário leigo com estes remédios.

A propaganda medicamentosa constitui-se em manifesto de forte persuasão desde o início do século XX, como demonstrava em 1900, a propaganda do Xarope São João onde se destacava a imagem agressiva, colocando a doença como um grande mal e o remédio como o salvador. A utilização de conhecimentos científicos na área da saúde pela população, levando-se em conta os canais de comunicação entre os profissionais de saúde e os pacientes também podem facilitar ou constituir-se em obstáculo para a adoção de hábitos e atitudes em relação à medidas preventivas e de participação em tomadas de decisões tanto individuais quanto coletivas. Portanto, a liberdade que as indústrias farmacêuticas têm de veicular pela mídia propagandas, a facilidade com que os consumidores adquirem remédios e a grande variedade desses produtos nas prateleiras das farmácias e drogarias possibilitam que as pessoas se "consultem" nas próprias farmácias--com balconistas, com seus amigos e parentes, e até mesmo comprem remédios que julgam necessitar sem consulta médica. Esta facilidade dificulta enormemente o adequado e necessário controle. Para se ter uma idéia destas proporções, segundos dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde o mercado brasileiro dispõe de mais de 32 mil medicamentos motivo pelo qual o Brasil situa-se em sexto lugar entre os países consumidores de medicamentos. No entanto é concreta a consideração de que para tratar as mais diversas doenças cerca de 420 produtos seriam suficientes. Diante desta "epidemia" de automedicação irracional expandiu-se para o Brasil a criação de Centros de Informações sobre Medicamentos (CIMs) na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. O CIM é definido como:

"unidades operacionais que proporcionam informações técnico-científicas sobre medicamentos de modo objetivo e oportuno, constituem uma estratégia para atender as necessidades particulares de informação" (CIM,1995).

Segundo dados do Caderno de Saúde Pública, o CIM associado ao Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos (GPUIM), do Departamento de Farmácia sendo operacionalizado por farmacêuticos especializados atende à comunidade em geral e aos profissionais da saúde em particular. Como exemplo da atuação deste centro "de dezembro de 1994 a novembro de 1995, 246 pessoas telefonaram ao CIM-UFC, das quais 39% eram usuários de medicamentos, 32% farmacêuticos, 17% parentes e/ou amigos dos usuários, 4,5% estudantes de Farmácia e/ou Medicina, 4% médicos, 0,8% enfermeiros e 2,8% outros. Os temas mais abordados foram Reações Adversas (28%), Indicações (28%) e Eficácia (18%),

sendo os grupos de fármacos mais frequentes: vitaminas, analgésicos e agentes antiinflamatórios.(...)”.Nesse período, o Centro vem esboçando o perfil de um serviço que pode preencher lacunas importantes não só do Sistema de Saúde, como também da formação e prática de médicos e farmacêuticos. Além disso, o Centro está se firmando como uma fonte segura de informações auxiliares nas decisões das pessoas leigas no que diz respeito à automedicação."Uma das características mais interessantes do perfil do Centro é a forte presença de perguntas provenientes diretamente de pacientes, usuários de medicamentos. O fato não é surpreendente se considerarmos que, particularmente no Brasil, poucos médicos e farmacêuticos orientam adequadamente seus pacientes a respeito do uso adequado de medicamentos (Lopes et al.,1996).

O uso indevido de medicamentos fitoterápicos, homeopáticos ditos "naturais" dentre outros, podem desencadear uma série de problemas às pessoas que os consomem desta forma. Reações adversas a medicamentos (RAM) como hipersensibilidade alérgica, tolerância, superdosagem relativa, efeitos colaterais, idiosincrasia e outras constituem um problema importante na prática do profissional da área de saúde.Essas reações se relacionam a fatores significativos na hospitalização, no aumento do tempo de permanência hospitalar e óbito, influenciando negativamente a qualidade de vida do paciente, aumentando custos, podendo também atrasar os tratamentos, uma vez que podem assemelhar-se à enfermidade. Outros exemplos importantes referem-se a fármacos comumente utilizados: antialérgicos podem causar sonolência e dificuldades de concentração, antibióticos podem causar alergia, irritação gástrica e modificação da flora intestinal, podendo prejudicar os rins e o fígado ou tornar bactérias resistentes a este pelo uso incorreto que promove uma "seleção" das mesma. Os antiinflamatórios podem provocar úlcera, gastrite e hemorragias digestivas, a cortisona pode levar a um aumento da pressão arterial e úlcera e os suplementos vitamínicos podem causar cálculos renais, pela presença excessiva de vitamina C, e causar lesões no fígado pelo excesso de vitaminas A,D,E e k.

Há riscos significativos que podem resultar em morte como, por exemplo, o uso de coagulantes associados a analgésicos e antipiréticos como a “Aspirina”. O uso concomitante se constitui em fator de risco porque ambos são inibidores plaquetários e dependendo da dosagem e do caso acarretam hemorragias graves. Casos como este acontecem rotineiramente devido a práticas imprudentes aplicadas ao uso irracional de fármacos e pela falta de informação. Pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da USP indica que 37% dos brasileiros com dores de cabeça tensionais utilizam medicamentos inapropriados. Isto possibilita que dores eventuais se transformem em crônicas, podendo criar resistência à medicação e causar efeitos colaterais.

Os medicamentos mais consumidos no Brasil como “Tylenol”, “Anador”, “AAS”, “Aspirina”, “Novalgina” etc, foram banidos dos Estados Unidos e em mais 16 países há uns 20 anos. O alívio momentâneo dos sintomas encobre a doença, "mascara" o diagnóstico de base que passa despercebido e pode assim progredir. Exemplo marcante é o diagnóstico de apendicite aguda. O doente inicia com um quadro frusto, se automedica com antibiótico. Como consequência, o apendicite agudo em fase inicial que se resolveria com uma apendicectomia tecnicamente fácil, pode evoluir para um quadro de peritonite grave com consequências as vezes funestas.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológica (SINITOX), o Brasil teve 22.121 casos de intoxicação, no ano de 2000, provocados pelo uso indevido de remédios, quase um terço dos casos notificados.

São diversas as razões pelas quais as pessoas consomem remédios sem orientação médica. O hábito da automedicação está associado à presença de sintomas leves que causem algum desconforto, associando “fármacos familiares” à dores passageiras e comuns. Destaca-se a dificuldade de se obter orientação médica juntamente com a noção de que para se receitar

um remédio de alta ou baixa complexidade bastam apenas 10 minutos de consulta com um exame físico deficiente, ao reaparecerem os sintomas, leigos acabam repetindo receitas passadas, ou as aplicam em pessoas que relatam ter os mesmos sintomas. A falta de entendimento do paciente à linguagem utilizada pelo médico também é um fator contribuinte à esta utilização irracional de medicamentos. Helmam (1994) explica, por exemplo, que um termo pode ter significados completamente diferentes para o médico e para o doente. Ao entendimento da transposição de uma linguagem mais elaborada para uma menos elaborada, Fourez (1994) denomina de “o bom uso das traduções.”

Por ser uma prática lucrativa para o país, não representa um “perigo” ao governo. Porém algumas decisões governamentais foram absolutamente dignas e relevantes para a população quando o Ministério da Saúde, por exemplo, decretou o controle de inúmeras drogas seguramente teratogênicas como a talidomida, a isotretionina e diversos quimioterápicos.

O presente projeto objetiva conscientizar e esclarecer para a população e para os profissionais sobre os riscos da automedicação. Esta prática irracional induz à conseqüências negativas que interferem na qualidade de vida dos indivíduos que as praticam. Neste intuito as elaborações dos requisitos a serem abordados pretendem abranger:

- A população geral;
- Os universitários;
- Os profissionais de saúde.

Referindo-se à comunidade como um todo, o projeto se baseia nos seguintes alicerces:

- Englobar o PSF para dentro da abordagem sobre automedicação para que os profissionais constituintes do mesmo orientem de forma clara e objetiva a população sobre os medicamentos que foram prescritos e usualmente utilizados sem orientação médica. Esta orientação seria feita de forma direta ao paciente extinguindo palestras cansativas e “improdutivas” adotando um método mais eficaz e de fácil compreensão pela sociedade abordada. Seria realizada uma parceria com a universidade onde os acadêmicos de Enfermagem aptos e supervisionados orientariam a população juntamente com a equipe do PSF, utilizando uma abordagem direta e sem atrapalhar a rotina de ação do PSF. Muito será feito dentro do Processo de Enfermagem.
- A criação de cartilhas pós-hospitalares que obtém o intuito de orientar, de forma clara e objetiva, como serão utilizadas as medicações prescritas e as realizações de procedimentos de curativos de forma correta. O paciente pós-hospitalizado encontra-se muito sensível e susceptível a receber de todas as orientações para que restabeleça sua condição saudável o mais rápido possível, sem riscos. Este fato pode disseminar a idéia de que a automedicação é uma prática de risco e de possíveis danos à saúde.
- A criação de um grupo de prevenção e informação na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) sobre medicamentos para poder orientar de forma precisa a população que solicitar este tipo de serviço. Este centro seria composto por acadêmicos de Farmácia e de Enfermagem para alertar como o fármaco que está sendo abordado atua na fisiologia humana ressaltando os perigos para conscientizar a população. Todos os membros deste grupo seriam orientados e supervisionados por profissionais capacitados.

Referindo-se aos universitários temos as seguintes elaborações de abordagem:

- A elaboração de um guia estudantil supervisionado por profissionais capacitados para os acadêmicos de Enfermagem, onde será abordada de maneira mais clara a atuação dos fármacos usualmente utilizados para facilitar a compreensão.
- A criação de colunas nos jornais da localidade para publicação de notas que abrangem tópicos relacionados com a automedicação e os perigos recorrentes desta.

- A criação de quadros educativos, ilustrativos e convidativos para serem colocados em pontos estratégicos na universidade em questão.
Referindo-se aos profissionais de saúde teremos a seguinte abordagem:
- Promover uma mobilização desses profissionais para sempre ressaltarem de forma clara aos seus pacientes sobre a importância de se administrar medicamentos de forma correta e qual é a forma correta. Isto será feito pela divulgação das pesquisas realizadas sobre automedicação, mostrando que esta prática poderá ser reduzida após esclarecimento dos pacientes a respeito da utilização de fármacos.

Metodologia

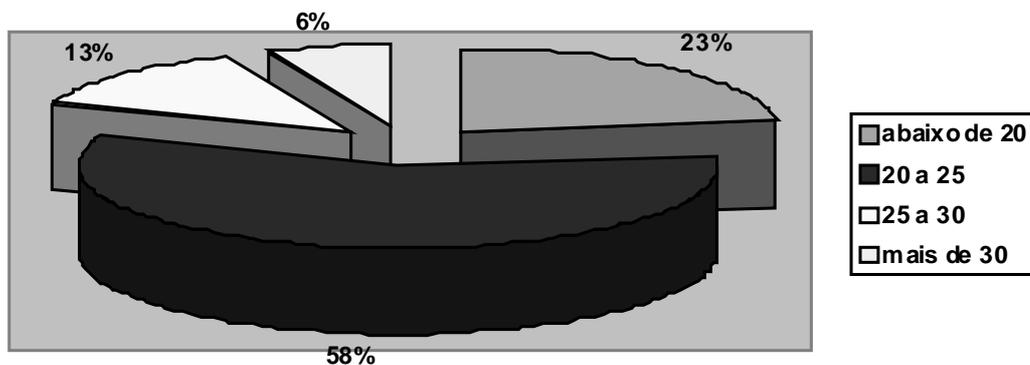
Foram aplicados 187 questionários (ANEXO 1), nos estudantes de graduação da UNIPAC – Campus Magnus- Barbacena, distribuídos da seguinte forma: 92 questionários aplicados nos alunos da área de saúde, 25 questionários na área de exatas, 34 questionários na área de humanas e 24 questionários nos Cursos de Educação Física e Ciências Aeronáuticas, classificadas como outras áreas, com intuito de medir a prevalência da automedicação entre os estudantes.

Resultados e discussão

Ao analisar os resultados obtidos é possível enumerar que quanto ao sexo dos entrevistados na área de saúde 16,3% são do sexo masculino, 83,7% do sexo feminino; da área de Exatas 56% eram do sexo masculino e 44% eram do sexo feminino; na área de Humanas 73,53% eram do sexo feminino e 26,47% do sexo masculino; nas áreas tidas como outras 33,3% eram do sexo feminino e 66,6% do sexo masculino.

A faixa etária dos entrevistados está expressa no gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados



O uso ou não de medicamentos constantes dentre as áreas entrevistadas relacionam-se como na tabela abaixo:

Tabela 1 – Usuários de medicamentos constantes.

Áreas de Pesquisa	Usam medicamentos		Não usam medicamentos	
	Nº de Entrevistados	Percentagens	Nº de entrevistados	Percentagens
Saúde	29	31,51%	63	68,4%
Exatas	7	28%	18	72%
Humanas	4	11,76%	30	88,24%
Outros	7	19,44%	29	80,56%

Dos entrevistados que utilizam medicamentos verifica-se que na área de saúde 93.1% obtinham prescrição médica enquanto 6.9% não; na área de Exatas 85.71% possuíam prescrição enquanto 14.28% não; na área de Humanas 100% possuíam prescrição médica e na área tida como outras 100% dos entrevistados possuíam prescrição médica. Fato este importante por ressaltar conter utilização e/ou orientação para os medicamentos de uso constante.

Os fármacos mais difundidos entre os entrevistados que utilizavam estes medicamentos entre todas as áreas foram: 32% são fármacos de tarja vermelha, 9% são fármacos de tarja preta e 15% são fármacos de venda livre, sendo muitos os entrevistados que compartilham um ou mais fármacos de tarjas diferentes.

Analisando-se os dados verificaram-se controvérsias quanto ao uso permanente e ao hábito do consumidor demonstrando a interpretação errônea dos quais muitos fizeram de acordo com as respostas estabelecidas. A utilização de fármacos segundo este parâmetro sem auxílio médico foram descritas na tabela 2.

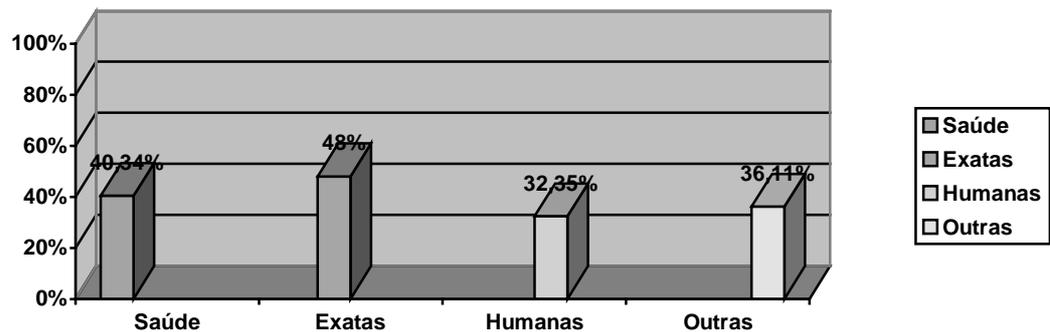
Tabela 2 – Hábito de ingerir medicamentos pelos universitários sem orientação médica

Grupos farmacológicos	Saúde	Exatas	Humanas	Outros
Medicamentos para dor	89.39%	95.24%	92.59%	94.44%
Moderador de apetite	28.57%	-	25%	40%
Antiinflamatório	61.29%	53.85%	40%	76.92%
Antibiótico	47.83%	20%	16.67%	33.33%
Antipirético	73.17%	100%	80%	87.5%
Laxante	75%	100%	75%	100%
Ansiolítico	10%	-	25%	-
Antidepressivo	14.29%	-	-	-
Anabolizante	62.5%	-	33.33%	85.7%
Anticoncepcional	3.03%	-	10%	-
Anti-helmíntico	56.25%	42.86%	-	-

Através da tabela 2 demonstra-se que os medicamentos mais comuns e utilizados sem prescrição médica abrangem os medicamentos para dores em geral, antipiréticos e laxantes, podendo relacioná-los com o fácil acesso, ressaltando que o baixo uso dos anti-helmínticos, embora sendo de venda livre, não são vinculados à mídia de forma tão persuasiva como os citados acima, ocorrendo sua utilização em maior parte sob orientação médica.

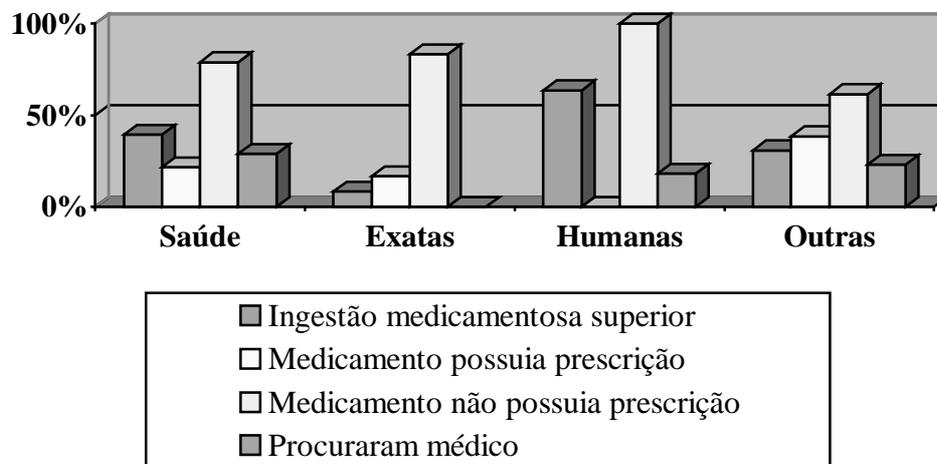
Com relação à ingestão de uma dosagem superior às prescritas nas bulas de receitas estabelecidas para obter um alívio imediato dos sintomas, foram observados os seguintes resultados como demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Ingestão de dosagens superiores às prescritas.



Dos entrevistados que ingeriram medicamentos em dosagem superior a prescritas para obterem alívio imediato, na área da Saúde 39,47% dos usuários tiveram reações do organismo quanto ao uso do medicamento acompanhando 63,64% dos estudantes da área de Humanas, 8,33% da área de Exatas e 30,77% das outras. A correlação entre a presença de reações e a procura do médico para esclarecimentos destas, assim como o uso de medicamentos prescritos pelos universitários encontra-se representado no gráfico 3.

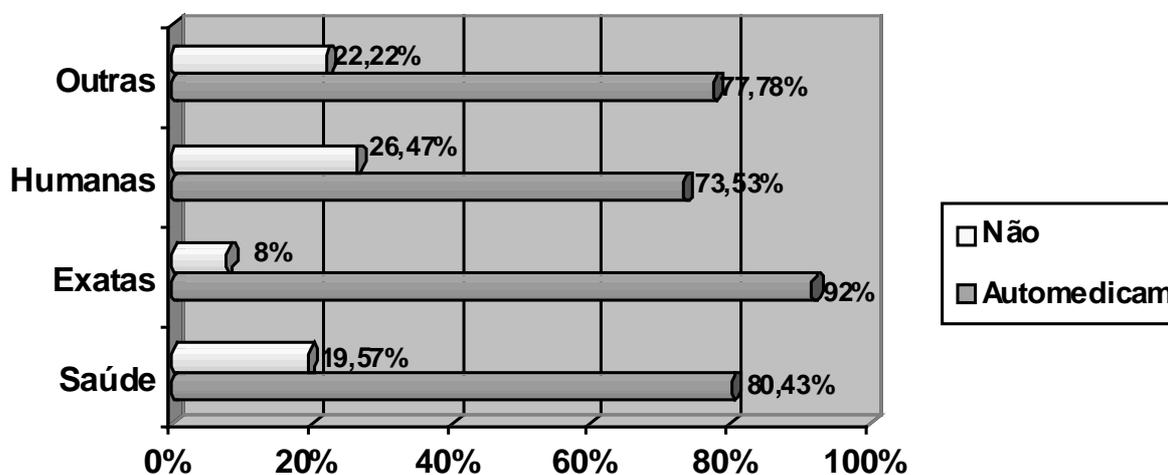
Gráfico 3 – Procura do médico após apresentar sintomas decorrentes da ingestão superior à dosagem prescrita.



O fato da área de Exatas e Humanas ingerirem uma dosagem superior e não obterem orientação médica com altos índices, pode estar relacionado com o não conhecimento da ação dos medicamentos no organismo e o quanto a elevação da dosagem é perigosa e ineficaz

Na presença de sintomas leves que provoquem alguma dor, o total de pessoas que ingeriram medicamentos sem orientação médica foi alarmante. Na área de Saúde 80,43% dos que sentiam estes sintomas se automedicaram, na área de Exatas 92%, na área de Humanas 73,53% e na área tida como outras, que abrange os cursos de Educação Física e Ciências Aeronáuticas, o índice de automedicação foi de 77,78%, conforme mostra o gráfico 4.

Gráfico 4- Uso de medicamentos perante sintomas leves de dor.



Este fato é preocupante ao se considerar que a porcentagem de automedicação está acima de 70% entre universitários, pessoas as quais, são detentoras de informações e conhecimentos privilegiados na população brasileira.

Com relação à necessidade de ingerir medicamentos para que o corpo "trabalhe melhor" 12,3% dos entrevistados relataram que ingerem medicamentos com este intuito, dentre estes resultados 15,2% são da área de saúde, 4% de Exatas, 8,82% de Humanas e 13,89% das áreas tidas como Outras, os medicamentos citados são: Analgésicos, Complementos Vitamínicos, "Rivotril", antiespasmódico, laxante, "Euthirox", "Stresstab", "Gincobiloba", antidepressivo, ansiolítico, energéticos dentre estes os que mais se expressaram foram complementos vitamínicos 27,78%, ansiolítico 11,12% e laxante 11,12%. Dentre os medicamentos mais citados 55,56% são prescritos pelo médico.

Conclusões

O automedicar-se é um problema antigo e com grandes proporções e repercussões que exige um longo e difícil trabalho por parte dos profissionais de saúde com o intuito de orientar e oferecer uma qualidade melhor de vida aos usuários de medicamentos.

O poder de discernimento dos indivíduos, instruídos ou não, sobre a capacidade de se administrar um fármaco encontra-se decadente consolidando um hábito prejudicial, curativo, podendo ser dispendioso aos adeptos.

Um dos maiores problemas originados da automedicação é a resistência que alguns microorganismos podem adquirir devido a utilização incorreta desses fármacos, assim como a ingestão de sub e superdosagens. A subdosagem pode ser ineficiente ao tentar atingir o objetivo esperado, predispondo o organismo do usuário a ter uma reação tóxica entrando em contato com a dosagem normal, regular do fármaco. A superdosagem, dependendo do medicamento, pode acarretar reações adversas e até mesmo levar ao óbito.

Não há nenhum gesto significativo que desestime a prática da automedicação viabilizando sua continuidade e “contágio” sobre os demais. Por ser um problema universal, de grandes proporções e significados para a saúde da população, o emprego de uma rigorosa fiscalização e orientação por parte dos profissionais da área de saúde às comunidades seriam a base para minimizar os efeitos decorrentes do automedicar-se.

Neste sentido torna-se claro que os fatores predisponentes à automedicação são muito mais consistentes do que a prevenção e a aplicabilidade correta de medicamentos.

Se não for criada alguma norma dentro dos parâmetros da saúde que conteste e conscientize aos usuários sobre o uso indevido dos remédios, sua expansão poderá se agravar com o tempo trazendo conseqüências devastadoras e funestas aos praticantes. Não há dúvida de que a necessidade deste tipo de serviço é muito grande e que a decisão de dar prioridade à criação de uma estratégia informativa, articulada, diversificada e abrangente será o um começo certo, seja para os profissionais de saúde seja para população.

Referências bibliográficas

ARRAIS, Paulo Sérgio D., Coelho, Helena Lutécia L., Batista, Maria do Carmo D. S. et al. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, Fev 1997, v.31, no.1, p.71-77.

Automedicação. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, Dez 2001, vol.47, no.4, p.269-270

Silva, Cléber Domingos Cunha da, Coelho, Helena Lutécia Luna, Arrais, Paulo Sérgio Dourado et al. **Centro de informação sobre medicamentos: contribuição para o uso racional de fármacos.** *Cad. Saúde Pública*, Set 1997, vol.13, no.3, p.531-535.

4. <http://www.nib.unicamp.br/svol/artigo87.htm>

5. http://www.drauziovarella.com.br/entrevistas/auto_wong1.asp

MORAIS, J.: Precisamos de tanto remédio?. *Revista Super Interessante*, São Paulo. V. 156, p 61 – 68, fev.2003.